

A integração urbano-rural no projeto "Cidade Amazônica"

LAERTE ZIGGIATTI

Repórter da Sucursal de Campinas

Um projeto arquitetônico-sócio-ecológico para uma nova civilização na Amazônia. Uma polis tropical no alvorecer do Terceiro Milênio. A elaboração formal de um universo de forças instintivas. A incorporação natural da ecologia para aproveitar as dádivas da floresta, preservando-a de se transformar num pasto devastado pelo capitalismo selvagem. Um modelo cooperativo de ocupação produtiva no interior de uma malha urbana-agro-florestal. Delírio utópico de algum Proudhon tupiniquim? Fantasia mística milenarista? Ou puro realismo?

Cada um interpreta como quiser a tese defendida semana passada na Escola de Engenharia de São Carlos (USP) pelo arquiteto Spencer de Moraes Pupo Nogueira, professor da EESC e da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, que se utilizou amplamente do "design" para indicar soluções funcionais a um processo de povoamento integrado com o meio ambiente. A idéia de ocupar a região através de grandes conjuntos produtivo-habitacionais agrupados em cooperativas nasceu da visão crítica do autor com relação a projetos de colonização governamentais na área — as agrovilas —, que considera "inoperantes" do ponto de vista social, além de prejudiciais ao ecossistema.

O projeto é uma consequência das observações feitas pelo arquiteto dos costumes e modos de vida das populações da Zona Equatorial. Algumas viagens, especialmente ao Acre, possibilitaram distinguir "o que era inteligentemente criado e o que era produto de outras articulações promovidas pela ideologia do progresso baseada em modelos exógenos". Ele exemplifica esta inadequação: "sendo o calor o maior causador do desconforto da região, a solução pode ser uma grande sombra. Esata sombra já existe numa arquitetura perfeita sobre pilotis: a floresta. O homem a destrói e faz a sua casa sob o sol. E ainda substitui sua tradicional cobertura de palha, relativamente térmica, por uma de alumínio, que é um excelente condutor de calor. Percebi nas minhas viagens o motivo: o 'progresso', a única resposta que recebi de inúmeras bocas. é alumínio direto, pois não conhecem a função do forro para criar um colchão de ar isolante térmico".

Segundo o arquiteto, a própria forma de ocupação colabora para a devastação desenfreada a que está sendo submetida a Amazônia. A adoção de planos governamentais artificiais — quando não a exploração econômica imediatista e cega —, desvinculados da realidade local, produz uma espécie de alienação que responde pelos fracassos sociais e ecológicos dos projetos de colonização. Assim, o homem amazônico vai destruindo seu "habitat" cheio de tartarugas, frutas, castanhas, peixes, jacarés, mil e uma riquezas comestíveis. "Num flagrante ataque

desrespeitoso à natureza, transformam a floresta em deserto depois de usá-la como canteiro de feijão e pasto por rápido tempo. Milhões de anos para construir a mais portentosa fábrica de vida auto-regeneradora, a maior densidade de vida por metro cúbico do planeta. E o governo, detentor da ciência nas universidades, planifica, projeta e financia a destruição".

De um lado, a expansão caótica das cidades existentes. De outro, as tentativas de colonização pelas agrovilas. O projeto de Spencer de Moraes Pupo Nogueira é uma proposta de viabilizar tecnologicamente essa expansão e integrar o campo à cidade com base em soluções específicas regionais que partam da observação dos usos tradicionais somada ao conhecimento produzido pela universidade. As agrovilas do Acre, por exemplo, o surpreenderam pela total incongruência das soluções arquitetônicas: as casas todas feitas de concreto armado numa região que não tem pedra nem cimento (importados de 700 quilômetros de distância) e onde prolifera a palha e a madeira. O professor Spencer acredita que a própria forma de estabelecimento das agrovilas é causa da depredação ambiental, ou seja, a divisão espacial do sistema não favorece o estabelecimento de laços comunitários ao implantar módulos de habitação e produção isolados um dos outros. Sem nenhum

relacionamento social, desvinculados de qualquer programa de orientação e apoio científico e tecnológico, o colono se perde no anonimato, explorando cegamente a área em que está confinado. "A deformação do ambiente é assim promovida pela própria estrutura da colonização e o antídoto só pode ser encontrado na exploração racional com base em sistemas organizados em cooperativas, obedecendo às leis naturais do ecossistema" — afirma o arquiteto.

O projeto "Cidade Amazônica" procura recuperar a organização tradicional da aldeia, assentada espacialmente em formações circulares correspondentes às forças cósmicas naturais e humanas, a presença arquetípica do anel, do elo que relaciona os cidadãos. Cada comunidade é composta por 64 lotes (um número que ele adotou por conveniência geométrica) contidos num círculo limitado por seus raios, para que a convergência seja aproveitada numa aproximação de vizinhança, perto do centro. Foi fixada a área de 50 hectares por lote, em forma de trapézio longo, 30 metros de frente, 300 metros de fundo e lados de 3 mil metros. Na zona central desse círculo de 3.300 metros de raio fica o coração da comunidade, um outro círculo de raio de 300 metros e 70 mil metros quadrados de área.

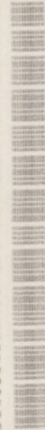
São centenas, milhares desses centros, que abrigam atividades de interesse comum, desde o lazer até experiências com plantas, peixes e animais para subsidiar a exploração econômica no interior dos lotes, organizada em cooperativas de produção e distribuição assessoradas por economistas e agrônomos.

Beirando o centro comunitário, um anel florestal circula todos os lotes, significando "a presença viva da floresta como suporte cultural do conhecimento da natureza, a floresta próxima para ser amada e respeitada". As casas formam um círculo à volta e à sombra dela. Situadas 15 metros uma das outras, são suspensas por pilotis, segundo uma prática tradicional da região e interligadas por um passeio circular de dois metros de largura que passa de porta em porta, também sobre pilotis. A altura das construções é um fator de segurança contra animais selvagens e

de proteção aos mosquitos e insetos, que não sobem acima de 3 metros de altura. Painéis de palha trançada, abertos à brisa, podem constituir o elemento básico das casas feitas de madeira.

Em cada comunidade estão previstos os equipamentos e instituições compatíveis com o número de habitantes. Poderá ter uma enfermeira, uma creche, uma pequena venda, mas não terá farmácia, médico, ambulatório e grupo escolar. Esses serviços serão instalados no centro de uma unidade maior composta de um certo número de comunidades interligadas, o triângulo comunitário. Cada um dos seis triângulos comunitários forma uma unidade hexagonal de 20 mil habitantes com curso secundário, um pequeno hospital, um cartório, um supermercado etc. Um conglomerado de unidades hexagonais conterá equipamentos maiores, mais sofisticados. Forma-se assim uma vasta malha urbana-agro-industrial, cuja integração com as cidades existentes está detalhada numa parte do projeto.

O transporte no interior da malha é feito por pequenos bondes e trens elétricos suspensos sobre trilhos, uma forma racional segundo o arquiteto, de superar os problemas das estradas de asfalto, uma solução imprópria para a região dada o regime de águas. Na época de chuvas elas ficam submersas, o asfalto se quebra e tem que ser anualmente reconstruído. Os recursos gastos inutilmente nesse sistema, observa, podem perfeitamente ser investidos em sistemas elétricos de baixo custo que aproveitem matéria-prima e tecnologias a serem desenvolvidas localmente. As fontes energéticas do sistema seriam basicamente a energia solar e o aproveitamento da queda dos rios com a construção de pequenas hidrelétricas. A conexão terra-água envolve a implementação de uma tecnologia original: a construção de portos móveis sobre trilhos que acompanham as cheias e vazantes dos rios, sendo este o aspecto chave do transporte da região, que sabidamente conta com a maior rede hidrográfica do mundo. O projeto ainda prevê a manutenção de reservas florestais interligadas de modo a facilitar a migração e deslocamento da fauna. As comunidades se instalam no meio dessa trama.

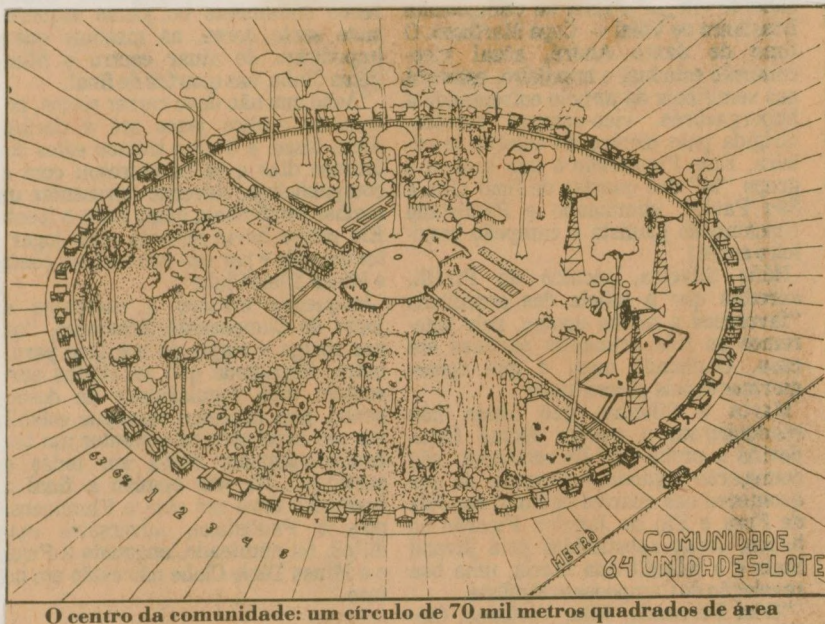


Uma proposta sem conotações utópicas

Para o autor, a articulação estrutural entre o modo de produção cooperativo, a vida comunitária e a manutenção da propriedade individual retira do projeto qualquer conotação de utopia desvinculada da realidade político-econômica brasileira, historicamente marcada pelo capitalismo, ao mesmo tempo em que propõe a recuperação de costumes tradicionais típicos da região. Trata-se, a seu ver, de "compor, dentro do equilíbrio entre a liberdade de uma solução que se apresenta óbvia, lógica e limpa, e as limitações claras e subterâneas de nosso sistema político-econômico, um 'desing' agro-urbano-industrial coerente, dirigido, em que estejam presentes os valores do espírito e do corpo humano, estabelecendo com firmeza limites à livre iniciativa".

Ele reconhece que o projeto envolve um enquadramento do homem regional por meio de regras bem estabelecidas, mas, de qualquer forma, "um enqua-

dramento melhor do que o proposto por projetos governamentais artificiais, já que baseado em observações dos costumes e tradições locais". No fundo, considera-o uma ordenação racional que capta o nascimento de uma nova civilização ainda numa etapa primitiva de desenvolvimento, com identidade cultural própria caracterizada pelo conhecimento do mundo através do sentir. "O homem amazônico, que poderá constituir uma nova raça se não for destruído pelo capitalismo selvagem, vive ainda toscamente num universo de forças instintivas e intuitivas que poderá desabrochar e representar um novo passo da humanidade. Por isso, considero o 'Cidade Amazônica' um projeto antropológico que vê o homem não como massa trabalhadora, um simples rústico, cidadão de terceira ordem, mas como um cidadão que tem todo direito de sentir e ser segundo suas potencialidades".



O centro da comunidade: um círculo de 70 mil metros quadrados de área